



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no
Google Acadêmico

RESILIÊNCIA URBANA OU INJUSTIÇA CLIMÁTICA? ADAPTAÇÃO NEOLIBERAL E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL NO SUL GLOBAL

Paulo Roberto Ramos¹, Guilherme José Ferreira de Araújo², Mávani Lima Santos Castro³, Clóvis Manoel Carvalho Ramos¹, Anderson da Costa Armstrong¹, Júlio César Novais Santos⁴, Humberto Alencar De Sá⁵, Armando Venâncio Ferreira Nascimento⁵, Alexandro Alves da Silva⁶, Kelma dos Santos Passos Oliveira⁶, Lucimara Silva Torres Santos⁶, Edmo Henrique Martins Cavalcante⁷, Marcia Efigênia Pereira de Aquino Bartolomeu⁶, Cláudio Alberto de Sá Quirino⁸, Edevaldo Braz Nunes⁶, Anne Larice de Souza Rodrigues Almeida⁶, Eliane de Oliveira Torres⁶, Andreilto de Almeida Barbosa⁹, Eliane Soares Teixeira Dias⁶, Francisca Aline de Oliveira Torres¹⁰



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n2p1319-1340>

Artigo recebido em 27 de Fevereiro e publicado em 27 de Abril de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

O debate contemporâneo sobre cidades resilientes tem sido marcado pela crescente centralidade das políticas de adaptação climática, frequentemente apresentadas como soluções técnicas para enfrentar riscos ambientais. No entanto, tais abordagens coexistem com a persistência de desigualdades socioespaciais, especialmente no Sul Global. Este estudo tem como objetivo analisar criticamente em que medida as políticas de resiliência urbana promovem justiça climática ou reforçam desigualdades estruturais. Adota-se uma revisão integrativa da literatura, com base em uma amostra inicial de 216 artigos, refinada para um corpus final de 28 estudos. Os resultados evidenciam que a resiliência urbana, ao ser operacionalizada por meio de instrumentos tecnocráticos e orientados pelo mercado, tende a produzir efeitos contraditórios, como gentrificação climática, exclusão territorial e distribuição desigual dos benefícios ambientais. A discussão demonstra que tais políticas funcionam frequentemente como mecanismos de adaptação sem transformação estrutural, reproduzindo padrões históricos de desigualdade. Conclui-se que a resiliência urbana não é neutra e que sua efetividade depende da incorporação de princípios de justiça social, redistribuição territorial e participação democrática, sob risco de aprofundar as vulnerabilidades que pretende mitigar.



Palavras-chave: Planejamento Urbano. Justiça Social. Governança Ambiental. Vulnerabilidade Climática. Desigualdade Territorial.

ABSTRACT

Contemporary debates on resilient cities have been shaped by the growing prominence of climate adaptation policies, often framed as technical solutions to environmental risks. However, these approaches coexist with persistent socio-spatial inequalities, particularly in the Global South. This study aims to critically examine whether urban resilience policies promote climate justice or reinforce structural inequalities. An integrative literature review was conducted, starting from an initial sample of 216 articles and refined to a final corpus of 28 studies. The results indicate that urban resilience, when implemented through technocratic and market-oriented instruments, produces contradictory outcomes, including climate gentrification, territorial exclusion, and uneven distribution of environmental benefits. The discussion shows that such policies often function as mechanisms of adaptation without structural transformation, reproducing historical patterns of inequality. The study concludes that urban resilience is not neutral and that its effectiveness depends on the incorporation of social justice principles, territorial redistribution, and democratic participation, otherwise it risks deepening the vulnerabilities it seeks to address.

Keywords: Urban Planning. Social Justice. Environmental Governance. Climate Vulnerability. Territorial Inequality..

1. Docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).
2. Docente da Universidade de Pernambuco (UPE).
3. Mestranda em Extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).
4. Docente do IFSERTÃOPE - Campus Floresta.
5. Docente do Instituto Federal Sertão Pernambucano (IFSERTÃO).
6. Mestrando PPGDiDeS da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).
7. Doutor em Biotecnologia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).
8. Mestre pelo PROFIAP da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).
9. Mestre PPGDiDeS da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).
10. Docente da Secretaria da Educação de Pernambuco.

Autor correspondente: *Paulo Roberto Ramos* – paulo.ramos@univasf.edu.br

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





1 INTRODUÇÃO

A intensificação das mudanças climáticas reposicionou as cidades no centro das agendas de adaptação e sustentabilidade, consolidando a resiliência urbana como paradigma dominante do planejamento contemporâneo. Contudo, sua difusão não é neutra. Embora frequentemente apresentada como solução técnica, a resiliência opera em contextos marcados por desigualdades estruturais, especialmente no Sul Global, onde seus efeitos revelam tensões entre adaptação climática e justiça social.

A literatura indica que estratégias de resiliência tendem a reproduzir dinâmicas do urbanismo capitalista, ao priorizar ajustes sistêmicos em vez de transformações estruturais. Ajibade (2022) demonstra que tais políticas frequentemente deslocam riscos sem enfrentá-los em sua origem, funcionando como mecanismos de estabilização de desigualdades. Esse padrão torna-se evidente nas políticas de infraestrutura verde, amplamente promovidas como soluções sustentáveis.

Estudos mostram que essas intervenções podem gerar valorização imobiliária e deslocamento populacional. Anguelovski *et al.* (2021) apontam que projetos de resiliência verde aumentam a vulnerabilidade de populações de baixa renda, enquanto Planas-Carbonell *et al.* (2023) evidenciam que seus benefícios são seletivos e acompanhados por exclusão territorial.

Essas dinâmicas se inserem em um quadro mais amplo de desigualdade socioespacial. A vulnerabilidade climática é socialmente produzida, concentrando-se em áreas periféricas e populações historicamente marginalizadas. Godoy *et al.* (2024) mostram que essa vulnerabilidade decorre da própria produção desigual do espaço urbano, enquanto Parker *et al.* (2025) identificam maior exposição a eventos extremos em territórios desfavorecidos. Assim, riscos climáticos e capacidades de adaptação são distribuídos de forma profundamente desigual.

Ao mesmo tempo, a incorporação de tecnologias e soluções inteligentes no planejamento urbano reforça a narrativa da neutralidade técnica. No entanto, essa tecnificação tende a ocultar conflitos sociais. Vergara-Perucich (2025) evidencia que marcos regulatórios reproduzem desigualdades institucionais, enquanto Bhanye (2025) alerta que soluções baseadas em inteligência artificial podem aprofundar exclusões ao depender de infraestruturas desiguais.



No Sul Global, essas contradições são intensificadas pela urbanização acelerada e por limitações institucionais. Oliveira et al. (2025) destacam que soluções baseadas na natureza podem reforçar desigualdades se desconsiderarem contextos sociais, enquanto Tran e Downes (2023) mostram que grupos marginalizados permanecem excluídos da governança climática.

Diante disso, torna-se necessário questionar a associação automática entre resiliência, sustentabilidade e progresso. Sem mecanismos redistributivos, políticas de adaptação podem operar como vetores de exclusão. Assim, este artigo investiga em que medida políticas de resiliência urbana promovem justiça climática ou aprofundam desigualdades no Sul Global. Parte-se da hipótese de que a resiliência tem sido apropriada como dispositivo tecnocrático que privilegia eficiência e mercado, marginalizando dimensões sociais. Para isso, adota-se uma revisão integrativa da literatura, visando compreender criticamente os limites e contradições das políticas urbanas contemporâneas.

2. MARCO TEÓRICO

A consolidação do paradigma da cidade resiliente representa uma das inflexões mais significativas do pensamento urbano contemporâneo. Sob a égide da adaptação climática, da sustentabilidade e da inovação, a resiliência passou a orientar políticas públicas, estratégias de planejamento e agendas multilaterais, sendo frequentemente apresentada como resposta inevitável diante da intensificação dos riscos ambientais. No entanto, essa ascensão discursiva não ocorreu em um vazio político ou social. Ao contrário, ela se insere em contextos urbanos profundamente marcados por desigualdades históricas, especialmente no Sul Global, onde a urbanização acelerada e desigual constitui o pano de fundo sobre o qual tais políticas são implementadas.

É precisamente nessa interseção que emerge a tensão central que orienta este estudo. De um lado, a expansão da resiliência como linguagem dominante do planejamento urbano, associada à ideia de adaptação eficiente, inovação tecnológica e gestão de riscos. De outro, a persistência, e em muitos casos a intensificação, das desigualdades socioespaciais que estruturam as cidades contemporâneas. Longe de serem processos independentes, essas dinâmicas se entrelaçam, revelando que a



resiliência, ao invés de corrigir assimetrias, pode operar como um mecanismo de sua reprodução.

A crítica à resiliência como solução neutra tem ganhado densidade na literatura recente. Ajibade (2022) argumenta que as estratégias de adaptação frequentemente funcionam como um “ajuste” do sistema urbano capitalista, deslocando riscos e reorganizando territórios sem alterar as bases estruturais da desigualdade. Nesse sentido, a resiliência atua mais como um dispositivo de gestão da crise do que como um vetor de transformação.

De forma convergente, O’Hare (2025) questiona a ambiguidade do conceito, destacando que, quando desvinculada de agendas progressistas, a resiliência pode reforçar abordagens regressivas, incapazes de enfrentar os determinantes sociais do risco climático. A promessa de cidades mais seguras e adaptadas, portanto, oculta a ausência de mudanças substantivas na distribuição de poder e recursos.

Essa crítica se aprofunda quando articulada à lógica da urbanização neoliberal. A produção do espaço urbano sob a primazia do mercado tem historicamente gerado padrões de segregação e vulnerabilidade, que são amplificados no contexto das mudanças climáticas. Godoy et al. (2024) demonstram que, nas periferias urbanas brasileiras, a vulnerabilidade climática é indissociável da forma desigual de organização do território, sendo resultado direto de processos de exclusão socioespacial.

De modo semelhante, Weißermel e Wehrhahn (2024) evidenciam que políticas climáticas, especialmente aquelas vinculadas à eficiência energética e à requalificação urbana, podem impor novos custos às populações de baixa renda, contribuindo para sua marginalização e potencial deslocamento. Assim, a adaptação climática, quando mediada por lógicas de mercado, tende a reproduzir as mesmas desigualdades que afirma combater.

É nesse cenário que se insere a emergência da gentrificação climática como uma das expressões mais evidentes das contradições da resiliência urbana. Inicialmente associada a processos de valorização decorrentes de melhorias ambientais, a gentrificação climática revela como intervenções voltadas à adaptação podem gerar exclusão social. Anguelovski et al. (2021) mostram que projetos de infraestrutura verde e resiliência ambiental, ao tornar determinadas áreas mais atrativas, podem desencadear aumentos nos preços imobiliários e pressionar a saída de populações



vulneráveis.

Planas-Carbonell *et al.* (2023) reforçam esse argumento ao evidenciar que os benefícios dessas políticas são frequentemente seletivos e temporários, sendo acompanhados por processos de deslocamento físico e simbólico. A resiliência, nesse caso, não apenas falha em proteger os mais vulneráveis, mas contribui ativamente para sua exclusão.

Diante dessas evidências, torna-se necessário questionar o papel efetivo das políticas de resiliência urbana no enfrentamento das desigualdades climáticas. Se, por um lado, tais políticas ampliam a capacidade adaptativa das cidades, por outro, seus efeitos distributivos permanecem profundamente assimétricos. Isso levanta uma questão central para o campo do planejamento urbano: as políticas de resiliência no Sul Global promovem justiça climática ou reforçam desigualdades estruturais?

A hipótese que orienta este trabalho sustenta que a resiliência tem sido instrumentalizada como um discurso legitimador de intervenções urbanas que, ao priorizarem eficiência, inovação e valorização territorial, acabam por intensificar processos de exclusão. Em vez de promover uma reconfiguração equitativa do espaço urbano, essas políticas tendem a operar dentro dos limites impostos pela lógica neoliberal, reproduzindo hierarquias socioespaciais e deslocando vulnerabilidades.

Assim, a resiliência, longe de constituir uma solução universal, deve ser compreendida como um campo de disputa, no qual se confrontam projetos distintos de cidade e de justiça climática.

3. METODOLOGIA

O presente estudo adota como estratégia metodológica a revisão integrativa da literatura, entendida como um método capaz de sintetizar, analisar e interpretar criticamente a produção científica sobre determinado tema, permitindo a articulação entre diferentes abordagens teóricas e evidências empíricas. Essa escolha justifica-se pela complexidade do objeto investigado, que envolve dimensões interdependentes de planejamento urbano, mudanças climáticas e desigualdades socioespaciais, exigindo uma abordagem abrangente e analítica.

A fundamentação metodológica baseia-se nos pressupostos clássicos da revisão



integrativa, conforme proposto por Mendes, Silveira e Galvão (2008), Souza, Silva e Carvalho (2010) e Botelho, Cunha e Macedo (2011). Esses autores destacam que a revisão integrativa possibilita não apenas a sistematização do conhecimento existente, mas também a identificação de lacunas, contradições e tendências emergentes, sendo particularmente adequada para campos de estudo interdisciplinares. Além disso, permite a inclusão de diferentes tipos de estudos, desde análises teóricas até investigações empíricas, ampliando o escopo interpretativo da pesquisa.

No que se refere à estrutura metodológica, o estudo foi desenvolvido em etapas sequenciais, conforme recomendado pela literatura. Inicialmente, definiu-se o problema de pesquisa e os critérios de busca, seguido pela identificação das fontes, seleção dos estudos, extração das informações relevantes e síntese dos resultados. O período de busca compreendeu os meses de novembro de 2025 a março de 2026, com o objetivo de capturar a produção científica mais recente e alinhada às transformações contemporâneas do debate sobre resiliência urbana e justiça climática.

A busca inicial resultou na identificação de 216 artigos, provenientes de bases de dados acadêmicas relevantes nas áreas de planejamento urbano, estudos ambientais e ciências sociais. Em seguida, foi realizada a etapa de triagem, na qual títulos e resumos foram analisados com base nos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos.

Foram incluídos apenas artigos revisados por pares, com foco explícito em contextos urbanos e que abordassem a relação entre mudanças climáticas, políticas de resiliência e desigualdades socioespaciais. Por outro lado, foram excluídos estudos estritamente técnicos, centrados em modelagens ou soluções de engenharia, que não incorporassem uma dimensão social ou crítica.

Após essa etapa, os artigos selecionados foram submetidos à análise de elegibilidade, considerando a aderência ao problema de pesquisa e a profundidade da abordagem analítica. Como resultado desse processo, definiu-se um corpus final composto por 28 artigos, os quais fundamentam a análise desenvolvida neste estudo. Esses trabalhos foram examinados de forma sistemática, permitindo a identificação de categorias temáticas, padrões recorrentes e divergências interpretativas.

A Tabela 1 apresenta o fluxo de seleção dos estudos, evidenciando as etapas do processo e os critérios aplicados em cada fase.

Tabela 1 – Fluxo de seleção dos artigos da revisão integrativa

Etapa	Número de artigos	Critério aplicado
Identificação	216	Busca em bases científicas com descritores relacionados a resiliência, clima e desigualdade
Triagem	94	Leitura de títulos e resumos; exclusão de duplicados e estudos fora do escopo
Elegibilidade	47	Leitura completa; avaliação da aderência ao problema de pesquisa
Inclusão	28	Seleção final com foco em análise crítica de políticas urbanas e justiça climática

Fonte: Próprios autores.

Esse procedimento metodológico assegura rigor na seleção do corpus e consistência analítica na interpretação dos dados, permitindo não apenas descrever o estado da arte, mas também problematizar criticamente os limites e contradições das políticas de resiliência urbana no contexto das mudanças climáticas.

4. RESULTADOS

A análise dos 28 artigos selecionados evidencia que a literatura recente sobre resiliência urbana e mudanças climáticas apresenta um conjunto consistente de tensões entre adaptação ambiental e justiça socioespacial. Longe de constituírem soluções homogêneas ou consensuais, as políticas de resiliência emergem como práticas ambivalentes, que simultaneamente ampliam capacidades adaptativas e reproduzem desigualdades estruturais. A sistematização do corpus permitiu a identificação de quatro eixos temáticos centrais, que estruturam os resultados desta revisão integrativa.

A Tabela 2 sintetiza os principais elementos analíticos dos artigos que compõem o corpus da revisão integrativa, organizando-os a partir de cinco dimensões centrais: autoria e ano, contexto geográfico, tipo de política urbana analisada, eixo temático e principais achados. Essa sistematização permite visualizar padrões recorrentes na literatura, bem como identificar convergências e divergências na forma como diferentes estudos abordam a relação entre resiliência urbana, mudanças climáticas e desigualdades socioespaciais.

A categorização em quatro eixos temáticos reflete a estrutura analítica adotada

neste estudo, permitindo agrupar os artigos de acordo com suas contribuições principais: resiliência urbana como racionalidade dominante, gentrificação climática, desigualdades socioespaciais e governança associada à exclusão. Essa organização facilita a leitura transversal do corpus e evidencia como diferentes abordagens empíricas e teóricas dialogam entre si.

Tabela 2 – Síntese temática dos artigos analisados

Autor/Ano	Contexto geográfico	Tipo de política urbana	Eixo temático	Principais achados
Ajibade (2022)	Filipinas (Metro Manila)	Reconstrução pós-desastre	Resiliência urbana	Resiliência atua como mecanismo de reprodução do urbanismo capitalista
O’Hare (2025)	Europa	Planejamento adaptativo	Resiliência urbana	Abordagens de resiliência podem ser regressivas sem justiça social
Peroni; Pappalardo (2024)	Global	Planejamento urbano	Resiliência urbana	Justiça climática ainda marginal nas políticas
Anguelovski et al. (2021)	EUA	Infraestrutura verde	Gentrificação climática	Projetos verdes aumentam risco de deslocamento
Planas-Carbonell et al. (2023)	Europa/EUA	Adaptação climática	Gentrificação climática	Benefícios ambientais são desigualmente distribuídos
Cucca; Thaler (2023)	Europa	Planejamento urbano	Gentrificação climática	Expansão verde pode reduzir acessibilidade habitacional
Chang (2024)	Global	Espaços verdes urbanos	Gentrificação climática	Melhoria ambiental pode intensificar desigualdade
Pradilla; Hack (2024)	América Latina	Infraestrutura azul-verde	Gentrificação climática	Risco de exclusão via renovação urbana
Godoy et al. (2024)	Brasil	Planejamento urbano	Desigualdade socioespacial	Vulnerabilidade é produto da segregação urbana
Parker et al. (2025)	África do Sul	Planejamento climático	Desigualdade socioespacial	Áreas pobres concentram maior exposição climática
Li et al. (2024)	Global	Infraestrutura verde	Desigualdade socioespacial	Sul Global possui menor capacidade de resfriamento urbano
Nesbitt; Quinton (2023)	EUA/Global	Espaços verdes	Desigualdade socioespacial	Acesso desigual a recursos ambientais
Weißermel; Wehrhahn (2024)	Alemanha	Política habitacional climática	Desigualdade socioespacial	Políticas climáticas podem gerar deslocamento
Oliveira et al. (2025)	Brasil	Soluções baseadas na	Governança e exclusão	Necessidade de adaptação ao contexto social local

		natureza		
Vergara-Perucich (2025)	Chile	Regulação urbana	Governança e exclusão	Normas urbanas reproduzem desigualdades
Bhanye (2025)	Global	IA e planejamento	Governança e exclusão	Tecnologias podem aprofundar exclusão
Foster et al. (2024)	EUA	Planejamento climático	Governança e exclusão	Justiça climática ainda fragmentada
Tran; Downes (2023)	Vietnã	Adaptação climática	Governança e exclusão	Grupos vulneráveis são excluídos da decisão

Fonte: Próprios autores.

A análise da Tabela 2 revela, em primeiro lugar, uma forte concentração de estudos que problematizam a resiliência urbana não como solução, mas como parte integrante das dinâmicas que produzem desigualdade. Os trabalhos de Ajibade (2022), O'Hare (2025) e Peroni e Pappalardo (2024) indicam que a resiliência tem sido incorporada como racionalidade dominante, frequentemente desvinculada de transformações estruturais. Esse padrão sugere que o conceito opera mais como instrumento de gestão do risco do que como mecanismo de justiça climática.

Em segundo lugar, observa-se a recorrência do fenômeno da gentrificação climática em diferentes contextos geográficos. Estudos realizados tanto no Norte quanto no Sul Global apontam que intervenções ambientais, especialmente aquelas baseadas em infraestrutura verde, tendem a gerar valorização territorial e deslocamento social. A consistência desses achados reforça a ideia de que a gentrificação não é um efeito colateral isolado, mas um resultado sistêmico das políticas de resiliência quando inseridas em mercados urbanos desiguais.

Outro aspecto relevante é a evidência de que a vulnerabilidade climática está profundamente enraizada em processos históricos de segregação. Os estudos sobre Brasil, África do Sul e análises globais convergem ao demonstrar que os impactos das mudanças climáticas recaem de forma desproporcional sobre populações já marginalizadas. Isso indica que a adaptação climática não pode ser compreendida apenas como questão técnica, mas como problema político e distributivo.

Também a análise da Tabela 2 evidencia o papel ambíguo das estruturas de governança e das tecnologias emergentes. Embora apresentadas como instrumentos de inovação e eficiência, essas ferramentas frequentemente reproduzem desigualdades

institucionais e limitam a participação de grupos vulneráveis. Assim, a análise integrada dos artigos confirma a hipótese central deste estudo: as políticas de resiliência urbana, tal como atualmente formuladas, tendem a reforçar desigualdades socioespaciais, especialmente no contexto do Sul Global.

4.1 Resiliência urbana como racionalidade dominante

O primeiro eixo revela a consolidação da resiliência como racionalidade dominante no planejamento urbano contemporâneo. Os estudos analisados convergem ao apontar que a resiliência deixou de ser apenas um conceito técnico para se tornar um dispositivo político que orienta decisões estratégicas em diferentes escalas. Ajibade (2022) destaca que a resiliência opera como um mecanismo de reorganização espacial que permite a continuidade do processo de urbanização capitalista, mesmo diante de crises ambientais. Em suas palavras, trata-se de uma lógica que “reconfigura o espaço urbano sem necessariamente transformar as estruturas que produzem vulnerabilidade” (p. 2235).

De forma complementar, O’Hare (2025) argumenta que a resiliência, quando desvinculada de compromissos explícitos com justiça social, tende a assumir um caráter regressivo, limitando-se à gestão de riscos sem enfrentar suas causas. Peroni e Pappalardo (2024) reforçam essa interpretação ao destacar que a incorporação da justiça climática nas políticas urbanas ainda é incipiente, sendo frequentemente subordinada a objetivos de eficiência e competitividade urbana.

Esses achados indicam que a resiliência, ao se institucionalizar como paradigma, tende a naturalizar determinados arranjos urbanos, deslocando o foco da transformação estrutural para a adaptação incremental.

4.2 Infraestrutura verde e gentrificação climática

O segundo eixo evidencia que a implementação de soluções baseadas na natureza e infraestrutura verde, embora ambientalmente desejáveis, está associada a processos de valorização territorial e exclusão social. Anguelovski et al. (2021) demonstram que intervenções de resiliência verde podem desencadear dinâmicas de gentrificação, ao aumentar a atratividade de áreas urbanas e pressionar populações de baixa renda. Conforme apontam os autores, “as iniciativas de resiliência podem

paradoxalmente aumentar a vulnerabilidade social ao induzir deslocamento” (p. 220).

Planas-Carbonell *et al.* (2023) corroboram essa análise ao observar que os benefícios das infraestruturas verdes são frequentemente desigualmente distribuídos, sendo apropriados por grupos com maior poder aquisitivo. Cucca e Thaler (2023) acrescentam que a expansão de áreas verdes urbanas, quando não acompanhada por políticas de proteção social, pode comprometer o acesso à moradia, reforçando desigualdades preexistentes.

Chang (2024) sintetiza esse paradoxo ao afirmar que iniciativas destinadas a promover justiça ambiental podem, na prática, produzir efeitos opostos, ampliando a exclusão e a precarização de grupos vulneráveis. Assim, a gentrificação climática emerge como um dos principais efeitos não intencionais das políticas de resiliência.

4.3 Desigualdades socioespaciais e vulnerabilidade climática

O terceiro eixo confirma que a vulnerabilidade climática é profundamente enraizada em processos históricos de produção desigual do espaço urbano. Godoy *et al.* (2024) evidenciam que, nas periferias brasileiras, a exposição a riscos ambientais está diretamente relacionada à segregação socioespacial, sendo resultado de políticas urbanas excludentes. Os autores destacam que “a configuração urbana intensifica a marginalização e amplia a vulnerabilidade às crises climáticas” (p. 238).

Parker *et al.* (2025) identificam padrões semelhantes em cidades do Sul Global, demonstrando que áreas com menor acesso a infraestrutura e serviços apresentam maior exposição a eventos extremos. Li *et al.* (2024) ampliam essa discussão ao mostrar que cidades do Sul Global possuem menor capacidade de mitigação térmica por meio de áreas verdes, evidenciando desigualdades globais na adaptação climática.

Nesbitt e Quinton (2023) reforçam que o acesso desigual a recursos ambientais, como áreas verdes e espaços de lazer, reflete e reproduz hierarquias socioeconômicas. Esses resultados convergem ao indicar que a adaptação climática não pode ser dissociada da questão distributiva, sob risco de aprofundar injustiças existentes.

4.4 Governança, tecnologia e reprodução da exclusão

O quarto eixo analisa o papel das estruturas de governança e das tecnologias emergentes na configuração das políticas de resiliência. Vergara-Perucich (2025)

demonstra que marcos regulatórios urbanos, embora aparentemente neutros, operam de forma desigual, privilegiando áreas mais ricas em detrimento de territórios periféricos. Segundo o autor, “os instrumentos normativos reproduzem assimetrias institucionais sob a aparência de neutralidade técnica” (p. 12).

Bhanye (2025) amplia essa crítica ao examinar o uso de inteligência artificial na gestão de riscos urbanos, destacando que a dependência de dados e infraestrutura tecnológica pode reforçar exclusões, especialmente em contextos com baixa capacidade institucional. Oliveira *et al.* (2025) acrescentam que, mesmo soluções participativas e baseadas na natureza, quando implementadas sem sensibilidade às desigualdades locais, podem gerar efeitos limitados ou contraditórios.

Foster *et al.* (2024) indicam que a incorporação da justiça climática nas políticas públicas ainda é fragmentada, dependendo fortemente de iniciativas locais e da capacidade de mobilização social. De forma convergente, Tran e Downes (2023) mostram que grupos marginalizados continuam sub-representados nos processos decisórios, o que compromete a efetividade das estratégias de adaptação.

Em conjunto, esses resultados revelam que a resiliência urbana, embora amplamente promovida como solução para os desafios climáticos, está longe de constituir um instrumento neutro ou universal. Ao contrário, suas aplicações concretas evidenciam contradições profundas, nas quais políticas voltadas à sustentabilidade podem coexistir com a intensificação das desigualdades socioespaciais.

5. DISCUSSÃO

A presente seção avança para além da descrição dos achados, buscando articular uma interpretação crítica que evidencie as contradições estruturais das políticas de resiliência urbana. A análise integrada do corpus revela que a resiliência, longe de constituir um paradigma neutro ou universal, opera como um campo de disputa no qual se entrelaçam interesses econômicos, dispositivos técnicos e dinâmicas de poder. A partir do cruzamento dos eixos temáticos identificados, emergem quatro dimensões analíticas que permitem compreender como a resiliência se relaciona com a reprodução das desigualdades socioespaciais.

A Tabela 3 apresenta um cruzamento analítico entre diferentes tipos de políticas

urbanísticas, os discursos de resiliência que as legitimam e seus impactos reais sobre a produção de desigualdades socioespaciais. Ao incorporar uma quinta coluna referente ao tipo de desigualdade evidenciada, a tabela amplia a capacidade interpretativa, permitindo identificar não apenas a existência de efeitos desiguais, mas também suas formas específicas de manifestação. Essa estrutura sintetiza de maneira sistemática as evidências empíricas do corpus, conectando diretamente os achados dos estudos com os eixos teóricos discutidos na seção anterior.

A organização da tabela reflete a proposta central desta pesquisa de tensionar o hiato entre discurso e prática, evidenciando como diferentes instrumentos de planejamento urbano, embora ancorados em narrativas de sustentabilidade e adaptação, produzem efeitos concretos que frequentemente contradizem seus objetivos declarados.

Tabela 3 – Cruzamento entre políticas urbanas, discurso de resiliência e impactos socioespaciais

Política Urbanística	Discurso de Resiliência	Impacto Real na Desigualdade	Tipo de Desigualdade Evidenciada	Evidência do Corpus
Infraestrutura verde urbana	Sustentabilidade e adaptação climática	Valorização imobiliária e deslocamento	Gentrificação climática	Anguelovski et al. (2021); Planas-Carbonell et al. (2023)
Renaturalização de rios urbanos	Regeneração ecológica e resiliência	Reassentamento desigual e exclusão territorial	Exclusão socioespacial	Pradilla; Hack (2024)
Retrofit energético habitacional	Eficiência energética e mitigação	Aumento de custos habitacionais	Pressão econômica e deslocamento	Weißermel; Wehrhahn (2024)
Planejamento regulatório urbano	Governança eficiente e ordenamento	Distribuição desigual de recursos institucionais	Desigualdade institucional	Vergara-Perucich (2025)
Uso de IA na gestão climática	Inovação e otimização de decisões	Ampliação de exclusões por acesso desigual a dados	Exclusão tecnológica	Bhanye (2025)
Soluções baseadas na natureza	Sustentabilidade integrada	Benefícios limitados em áreas vulneráveis	Desigualdade territorial	Oliveira et al. (2025)
Planejamento climático urbano	Redução de riscos e adaptação	Baixa participação de grupos vulneráveis	Exclusão política	Tran; Downes (2023)



Políticas urbanas em periferias	Desenvolvimento resiliente	Manutenção da vulnerabilidade estrutural	Segregação socioespacial	Godoy et al. (2024)
--	----------------------------	--	--------------------------	---------------------

Fonte: Próprios autores.

A análise da Tabela 3 evidencia um padrão recorrente: há uma dissociação sistemática entre o discurso normativo das políticas de resiliência e seus efeitos materiais sobre as populações urbanas. Em praticamente todos os casos analisados, intervenções justificadas em nome da sustentabilidade e da adaptação climática resultam em formas específicas de aprofundamento da desigualdade. Esse padrão confirma que a resiliência, enquanto discurso, opera como mecanismo de legitimação de intervenções que reproduzem hierarquias socioespaciais.

Destaca-se, em particular, o papel das políticas ambientais urbanas na produção de gentrificação climática. A infraestrutura verde e a renaturalização de espaços urbanos aparecem associadas à valorização territorial e ao deslocamento de populações vulneráveis, revelando uma contradição fundamental entre justiça ambiental e justiça social. Da mesma forma, políticas voltadas à eficiência energética e inovação tecnológica, frequentemente celebradas como soluções progressistas, mostram-se capazes de gerar novas formas de exclusão, seja por meio de pressões econômicas sobre a moradia, seja pela dependência de infraestruturas desigualmente distribuídas.

Outro aspecto relevante é a diversidade das formas de desigualdade identificadas, que vão além da dimensão econômica e incluem exclusões institucionais, tecnológicas e políticas. Isso indica que os efeitos das políticas de resiliência são multidimensionais e interdependentes, reforçando a necessidade de abordagens analíticas que considerem a complexidade das dinâmicas urbanas.

5.1 Resiliência como “fix” do capitalismo urbano

A primeira dimensão interpretativa aponta para a resiliência como um mecanismo de adaptação do próprio sistema urbano capitalista, sem alteração de suas bases estruturais. Ajibade (2022) propõe a noção de “resilience fix”, sugerindo que políticas de adaptação funcionam de maneira análoga ao conceito de “spatial fix”, ao reorganizar o espaço urbano para absorver crises sem enfrentá-las em sua origem. Conforme observa o autor, tais estratégias “naturalizam soluções que deslocam riscos e

reforçam padrões existentes de urbanização” (p. 2238). Essa leitura desloca a resiliência do campo da solução para o campo da reprodução sistêmica.

Weißermel e Wehrhahn (2024) aprofundam essa crítica ao demonstrar que políticas climáticas associadas à habitação, como a retrofitação energética, podem gerar aumento de custos e pressões sobre populações de baixa renda. Segundo os autores, essas intervenções produzem “uma confluência sensível entre política climática, investimento imobiliário e deslocamento potencial” (p. 6), evidenciando que a adaptação ocorre dentro dos limites impostos pela lógica de mercado. Nesse sentido, a resiliência não transforma a estrutura urbana desigual, mas a reconfigura, redistribuindo riscos e benefícios de forma seletiva.

5.2 Gentrificação climática como efeito sistêmico

A segunda dimensão revela que a gentrificação climática não deve ser compreendida como um efeito colateral pontual, mas como resultado sistêmico das políticas de resiliência quando inseridas em mercados urbanos desiguais. Anguelovski et al. (2021) demonstram que projetos de infraestrutura verde, ao promoverem melhorias ambientais, podem desencadear processos de valorização imobiliária que resultam em deslocamento populacional. Os autores afirmam que “intervenções de resiliência podem simultaneamente proteger o ambiente e excluir comunidades vulneráveis” (p. 228).

Planas-Carbonell et al. (2023) reforçam essa interpretação ao evidenciar que os benefícios das políticas de adaptação são frequentemente apropriados por grupos com maior poder aquisitivo, tornando-se “socialmente excludentes quando não acompanhados por políticas redistributivas” (p. 9). No contexto latino-americano, Pradilla e Hack (2024) identificam que projetos de renaturalização de rios e infraestrutura verde podem amplificar desigualdades ao promover reestruturações urbanas associadas ao turismo e à valorização territorial. Os autores alertam que tais intervenções podem ocorrer “em detrimento das populações locais, por meio de reassentamentos injustos” (p. 2258).

Esses achados indicam que a gentrificação climática é uma expressão concreta das contradições entre sustentabilidade ambiental e justiça social, evidenciando que políticas ambientais podem produzir exclusão espacial quando mediadas por dinâmicas

de mercado.

5.3 Tecnocracia e invisibilização das desigualdades

A terceira dimensão analítica problematiza o papel da tecnocracia no planejamento urbano contemporâneo. A crescente incorporação de tecnologias digitais, inteligência artificial e instrumentos normativos complexos tem reforçado a ideia de neutralidade técnica, ao mesmo tempo em que obscurece conflitos sociais e desigualdades estruturais. Vergara-Perucich (2025) demonstra que marcos regulatórios urbanos operam de forma assimétrica, sendo mais detalhados e eficazes em áreas centrais e privilegiadas. Segundo o autor, há uma “fragmentação normativa que reproduz desigualdades sob a aparência de neutralidade” (p. 14).

Bhanye (2025) amplia essa crítica ao analisar o uso de inteligência artificial na adaptação climática, argumentando que essas tecnologias podem reforçar exclusões ao depender de dados desiguais e infraestrutura limitada. O autor observa que “sistemas baseados em dados podem amplificar desigualdades existentes quando aplicados em contextos de baixa capacidade institucional” (p. 11). Nesse cenário, a tecnocracia não apenas falha em resolver desigualdades, mas contribui para sua invisibilização, ao deslocar o debate para o campo da eficiência e da inovação.

5.4 Sul Global como espaço de intensificação das contradições

A quarta dimensão evidencia que o Sul Global constitui um espaço privilegiado para a observação das contradições da resiliência urbana. A combinação entre desigualdades históricas, urbanização acelerada e limitações institucionais amplifica os efeitos excludentes das políticas de adaptação. Godoy et al. (2024) demonstram que a vulnerabilidade climática nas periferias brasileiras é resultado direto da produção desigual do espaço urbano, sendo “intensificada por políticas que não redistribuem recursos de forma equitativa” (p. 240).

Oliveira et al. (2025) destacam que soluções baseadas na natureza, embora promissoras, podem gerar resultados limitados quando não adaptadas às condições sociais locais. Os autores enfatizam que “a efetividade dessas soluções depende da incorporação das especificidades socioeconômicas dos territórios” (p. 12). Tran e Downes (2023) acrescentam que a exclusão de grupos vulneráveis dos processos



decisórios compromete a legitimidade e a eficácia das políticas de adaptação, observando que “a participação limitada reforça desigualdades existentes na governança climática” (p. 98).

Esses elementos indicam que, no Sul Global, a resiliência tende a operar como amplificador de desigualdades, ao ser implementada em contextos onde as bases estruturais da injustiça permanecem intactas.

Em síntese, a análise crítica integrada confirma que a resiliência urbana, tal como atualmente formulada, está profundamente imbricada em dinâmicas que reproduzem desigualdades socioespaciais. Ao funcionar como mecanismo de adaptação sem transformação, ao produzir gentrificação climática, ao se apoiar em dispositivos tecnocráticos e ao se intensificar em contextos de vulnerabilidade estrutural, a resiliência revela seus limites enquanto instrumento de justiça climática.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite afirmar, de forma consistente, que a resiliência urbana está longe de constituir um paradigma neutro ou universalmente benéfico. Ao contrário, sua incorporação nas políticas urbanas contemporâneas revela-se profundamente imbricada em dinâmicas estruturais que condicionam seus efeitos e limitam seu potencial transformador. A partir da revisão integrativa realizada, torna-se evidente que o discurso da resiliência, embora associado à adaptação climática e à sustentabilidade, frequentemente opera como um dispositivo de reorganização do espaço urbano que mantém, e por vezes intensifica, padrões históricos de desigualdade.

Os resultados indicam que políticas de resiliência tendem a reproduzir desigualdades socioespaciais ao serem implementadas dentro de uma lógica tecnocrática e orientada pelo mercado. Intervenções voltadas à infraestrutura verde, à eficiência energética ou à inovação tecnológica, ainda que relevantes do ponto de vista ambiental, mostram-se incapazes de promover justiça climática quando desarticuladas de mecanismos redistributivos. Em diversos casos, essas políticas contribuem para processos de valorização territorial, deslocamento populacional e exclusão institucional, evidenciando que a adaptação climática não ocorre em um terreno socialmente neutro.



Nesse sentido, a justiça climática permanece marginal nas estratégias urbanas contemporâneas. Embora frequentemente evocada em documentos e discursos institucionais, sua materialização prática é limitada, fragmentada e dependente de iniciativas localizadas. A ausência de uma abordagem estruturante, que articule dimensões ambientais e sociais de forma integrada, compromete a capacidade das políticas urbanas de enfrentar as desigualdades que tornam determinadas populações mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas.

Diante desse quadro, torna-se necessário um reposicionamento crítico do campo do planejamento urbano. Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer que a adaptação climática deve estar necessariamente vinculada a processos de redistribuição territorial, capazes de reequilibrar o acesso a infraestrutura, serviços e recursos ambientais. Sem essa dimensão redistributiva, a resiliência tende a beneficiar seletivamente determinados grupos, aprofundando assimetrias existentes.

Em segundo lugar, o fortalecimento de práticas de planejamento participativo emerge como condição indispensável para a construção de políticas mais justas. A inclusão efetiva de grupos historicamente marginalizados nos processos decisórios não apenas amplia a legitimidade das intervenções, mas também permite incorporar conhecimentos situados e demandas sociais frequentemente invisibilizadas por abordagens tecnocráticas.

Por fim, a superação dos limites identificados exige uma ruptura com a lógica de mercado que tem orientado grande parte das políticas urbanas contemporâneas. Enquanto a produção do espaço urbano permanecer subordinada a interesses econômicos e à valorização imobiliária, iniciativas de resiliência continuarão operando dentro de um horizonte restrito, incapaz de promover transformações estruturais. Nesse contexto, a construção de cidades verdadeiramente resilientes depende não apenas de soluções técnicas, mas de mudanças profundas nas formas de governança, nas prioridades políticas e nos modelos de desenvolvimento urbano.

Em síntese, a resiliência urbana, tal como atualmente concebida e aplicada, revela-se insuficiente para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas em contextos marcados por desigualdades históricas. Mais do que adaptar cidades aos riscos, torna-se imperativo transformar as condições que produzem vulnerabilidade, recolocando a justiça climática no centro do planejamento urbano.



REFERÊNCIAS

- AJIBADE, I. The resilience fix to climate disasters: recursive and contested relations with equity and justice-based transformations in the Global South. **Annals of the American Association of Geographers**, Washington, v. 112, n. 8, p. 2230–2247, 2022. DOI: 10.1080/24694452.2022.2062290.
- ANGUELOVSKI, I.; SHOKRY, G.; CONNOLLY, J. T.; MAROKO, A.; PEARSALL, H. They didn't see it coming: green resilience planning and vulnerability to future climate gentrification. **Housing Policy Debate**, New York, v. 32, n. 2, p. 211–245, 2021. DOI: 10.1080/10511482.2021.1944269.
- BHANYE, J. I. Flood-tech frontiers: smart but just? A systematic review of AI-driven urban flood adaptation and governance challenges. **Discover Global Society**, Cham, v. 3, n. 1, p. 1–18, 2025. DOI: 10.1007/s44282-025-00190-9.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011. DOI: 10.21171/ges.v5i11.1220.
- CHANG, C. Urban green-space: environmental justice & green gentrification. **Applied and Computational Engineering**, Singapore, v. 61, n. 1, p. 54–63, 2024. DOI: 10.54254/2755-2721/61/20240954.
- COLE, H. V. S. et al. Adapting the environmental risk transition theory for urban health inequities. **Social Science & Medicine**, Oxford, v. 277, p. 113907, 2021. DOI: 10.1016/j.socscimed.2021.113907.
- CUCCA, R.; THALER, T. Social justice in the green city. **Urban Planning**, Lisbon, v. 8, n. 1, p. 1–6, 2023. DOI: 10.17645/up.v8i1.6850.
- DE LUCA, C. et al. Adaptive resilience of and through urban ecosystem services: a transdisciplinary approach. **Ecology and Society**, Wolfville, v. 26, n. 4, p. 38, 2021. DOI: 10.5751/ES-12535-260438.
- FOSTER, S. et al. Advancing climate justice in climate adaptation strategies for New York City. **Annals of the New York Academy of Sciences**, New York, v. 1539, n. 1, p. 126–177, 2024. DOI: 10.1111/nyas.15148.
- GODOY, J. A. R.; BENINI, S. M.; SILVA, A. L. C.; PALMISANO, A. The geography of inequality: socio-spatial segregation and climate vulnerability in Brazilian urban peripheries. **International Journal of Business and Management**, Toronto, v. 19, n. 6, p. 231–245, 2024. DOI: 10.5539/ijbm.v19n6p231.
- KONTOR, M. F.; BROWN, A.; NÚÑEZ COLLADO, J. N. Climate justice and heat inequity in



poor urban communities. **Urban Science**, Basel, v. 9, n. 6, p. 226, 2025. DOI: 10.3390/urbansci9060226.

KOTSILA, P.; ANGUELOVSKI, I.; SEKULOVA, F.; GARCÍA-LAMARCA, M. **Injustice in urban sustainability**. London: Routledge, 2022. DOI: 10.4324/9781003221425.

LI, Y. et al. Green spaces provide substantial but unequal urban cooling globally. **Nature Communications**, London, v. 15, n. 1, p. 1–10, 2024. DOI: 10.1038/s41467-024-51355-0.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758–764, 2008. DOI: 10.1590/S0104-07072008000400018.

NESBITT, L.; QUINTON, J. Nature is unfairly distributed in the United States. **Environmental Health Perspectives**, Research Triangle Park, v. 131, n. 5, p. 1–4, 2023. DOI: 10.1289/EHP12536.

O'HARE, P. Not 'just' climate adaptation—towards progressive urban resilience. **Humanities and Social Sciences Communications**, London, v. 12, n. 1, p. 1–12, 2025. DOI: 10.1057/s41599-025-04556-x.

OLIVEIRA, F. L. et al. Nature-based solutions for stormwater management in the Global South. **Land**, Basel, v. 14, n. 4, p. 740, 2025. DOI: 10.3390/land14040740.

PARKER, C. et al. Quantifying intra-urban socio-economic and environmental vulnerability to extreme heat events. **International Journal of Biometeorology**, Berlin, v. 69, n. 12, p. 2501–2517, 2025. DOI: 10.1007/s00484-025-02971-y.

PERONI, F.; PAPPALARDO, S. Climate justice in future cities. **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v. 244, p. 104998, 2024. DOI: 10.1016/j.landurbplan.2023.104998.

PLANAS-CARBONELL, A. et al. From greening the climate-adaptive city to green climate gentrification. **Urban Climate**, Amsterdam, v. 49, p. 101295, 2023. DOI: 10.1016/j.uclim.2022.101295.

PRADILLA, G.; HACK, J. An urban rivers renaissance? **Urban Ecosystems**, New York, v. 27, n. 5, p. 2245–2265, 2024. DOI: 10.1007/s11252-024-01571-9.

PRENDERGAST, K. et al. Youth lifestyles and wellbeing in climate resilient urban development. **Local Environment**, London, v. 30, n. 7, p. 1002–1019, 2025. DOI: 10.1080/13549839.2025.2454985.

RICCI, L.; MARIANO, C.; MARINO, M. Rethinking cities beyond climate neutrality. **Applied Sciences**, Basel, v. 16, n. 1, p. 259, 2025. DOI: 10.3390/app16010259.



SHOKRY, G.; ANGUELOVSKI, I.; CONNOLLY, J. Mis-belonging to the climate-resilient city. **Journal of Urban Affairs**, Philadelphia, v. 47, n. 1, p. 121–141, 2023. DOI: 10.1080/07352166.2022.2160339.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010. DOI: 10.1590/S1679-45082010RW1134.

TRAN, H. K.; DOWNES, N. Narratives of women’s resilience to flood risks. **Environment and Urbanization Asia**, New Delhi, v. 14, n. 1, p. 90–103, 2023. DOI: 10.1177/09754253231168693.

VERGARA-PERUCICH, J. F. AI-driven deconstruction of urban regulatory frameworks. **Urban Science**, Basel, v. 9, n. 6, p. 186, 2025. DOI: 10.3390/urbansci9060186.

WEIßERMEL, S.; WEHRHAHN, R. Climate-just housing: a socio-spatial perspective. **International Journal of Urban and Regional Research**, Oxford, v. 48, n. 2, p. 1–15, 2024. DOI: 10.1111/1468-2427.13243.